

QUESTÕES DE POLITICA AGRICOLA

Politica Cafeeira: Já era tempo de termos no Brasil uma politica firme e bem definida de proteção ao café. É o principal produto de nossa produção agricola, o maior item de nossa exportação e além disso contamos com uma experiencia de quase 50 anos de interferencia em sua produção e comércio. Não se compreende pois que se possa descurar de seus problemas e que se possa incorrer em certos erros elementares ao se tratar de suas soluções.

Infelizmente, ainda é isso o que acontece entre nós. O mez de julho está rico de exemplos, que atestam o estado primitivo em que nos achamos na arte de executar uma politica de defesa desse produto. Não temos um objetivo bem definido para os nossos programas: as medidas sao tomadas de afogadilho, sem estudos prévios e sujeitos a modificações radicais, demonstrando completa falta de orientação e de firmeza sobre o assunto. E o pior é que não existe a obrigatoriedade por parte dos dirigentes dos diversos órgãos que executam essa politica de dar a publico conhecimento dessas medidas e de seus resultados; resulta isso numa diluição de responsabilidade e numa condensação de rumores e boatos que prejudicam tanto o comercio normal como o proprio andamento das medidas programadas.

Um pequeno retrospecto das medidas relacionadas com a politica do café durante o mês de julho, condensado de noticias publicadas pela imprensa e de informações de pessoas ligadas ao mercado, mostra o seguinte: Em principios de julho, com a finalidade de atender aos reclamos da praça de Santos — que alegava não ser possível manter o volume de exportação devido a resolução que proibia a exportação a preços inferiores a 52,75 cents por libra — a Divisão de Economia Cafeeira resolvera entrar no mercado, comprando no disponível a 194 cruzeiros por 10 quilos.

Ainda que os resultados dessa medida se apresentassem de certo modo problematicos — pois os preços sendo inferiores aos minimos de exportação, poderiam quando muito reforçar a resistencia financeira dos comerciantes que não podiam exportar os seus produtos — o fato a se lamentar é que ela

não chegou a efetivar-se, porque segundo consta, o Banco do Brasil não teria concordado em financiar as aquisições (conta que teriam sido adquiridos apenas 250 sacos).

Fracassada essa tentativa resolveu-se adotar uma política em sentido contrário. Assim é que no dia 26 de julho foi abandonada a obrigatoriedade da exportação pelo preço mínimo. Sendo permitida a exportação pelo preço registrado no disponível de Santos significaria que o preço do café perdia o seu sustentáculo. Aparentemente a situação era pois de completo abandono da política de defesa, mas logo surgem os boatos de que o Governo Federal e até mesmo o Estadual teriam entrado no mercado a termo e afim de sustentar o preço. E alegar-se-ia que o pequeno acrescimento de cotação que se constatou nesse período teria sido motivado por essa interferência.

Sem analisar o resultado dessas modificações queremos apenas inistir na inconveniência de se adotarem medidas assim parciais sem procurar coordena-las em um plano e orientá-las segundo um objetivo determinado. O caoticismo dessa situação se agrava ainda mais quando se considera por exemplo que o abandono da política de fixação de preço mínimo de exportação foi tomado por ocasião em que os produtores e comerciantes de café, reunidos em assembleia, decidiam congratular-se com o Governo pelo acerto dessa medida ...

É de se desejar que o novo Instituto que ora vem de ser proposto pelo executivo ao Congresso e sobre o qual nos referimos neste Boletim (Boletim nº 1) possa nos trazer uma orientação sólida a política de defesa do nosso principal produto.

Recuperação do Vale do Rio Paraíba: Os jornais publicaram, há poucos dias, uma extensa relação de componentes da Comissão que deverá se encarregar da recuperação econômica do Vale do Rio Paraíba. São muitas as perspectivas em torno da futura atividade dessa Comissão

Ainda não foi noticiado o seu programa de trabalho. Não sabemos se limitar-se-á aos estudos dos problemas, ou se lhe caberá também a função executiva dos programas que vierem a ser planejados. Os produtores da região e os consumidores do Rio e São Paulo esperam que os resultados se façam sentir logo, numa melhoria das condições de produção e de abastecimento. Mas, também se encontra um sentimento de descrença em relação aos resultados que poderão advir de um trabalho, ainda que eficiente, dessa Comissão. Achrom muitos que o Vale do Paraíba não se enquadra no caso de regiões que podem ser reerguidas pela ação do Governo. Não basta, por exemplo, a construção de uma estrada de rodagem ou de uma usina elétrica para trazer o reerguimento econômico à região. Mesmo a retificação do rio, de que tanto se fala, pouco representará para a economia total da região, pois além de suas margens serem relativamente estreitas, já se acham em grande parte utilizadas. Para que se opere um reerguimento econômico da região do Vale do Paraíba é necessário que as terras de toda a região sejam aproveitadas com maior eficiência. Somente com a exploração sistemática e eficiente de todas as terras e com a instalação de certas indústrias que aproveitem os demais recursos da região é que se poderá obter um reerguimento do Vale. E isso é uma tarefa difícil de ser conseguida. Requer não somente a ação do Governo, como também a participação de todos os agricultores, pois, em última análise, é da decisão deste, de trabalhar mais e melhor, que depende o reerguimento da região.

E poderá a Comissão recém constituída fazer algo nesse sentido?

Afim de responder essa questão, deveríamos indagar o motivo dos agricultores não produzirem mais. A resposta, em suas linhas mais simples, é fácil de ser dada. A produção é pequena porque os preços pagos não são remuneradores. E não são remuneradores porque as terras, já cansadas e exploradas com técnica agrícola rotineira não permitem produção elevada por unidade de área e conseqüentemente, menor custo por unidade de produto. Os elementos que podem estimular o aumento de produção, são, por conseguinte dois: melhores preços e melhores técnicas na exploração agrícola.

Ambos os elementos não são fáceis de serem forneci-

dos. A melhoria de preços, quando garantida através de tabelamento, além de ser geralmente inócua, resulta num aumento do custo de vida para os centros urbanos. Resultados mais positivos podem ser obtidos através da melhoria dos métodos de comercialização. Dêsse modo, pode-se aumentar o preço do produto, sem afetar o do consumidor. Mas, não é medida fácil de ser conseguida. É necessário dispor de uma Cooperativa que possa distribuir o produto no varejo, o que, aliás é oportuno lembrar, nem mesmo a Cooperativa de Cotia conseguiu ainda executar. A tarefa é muito difícil, não resta dúvida, mas é essencial porque sem preços exportáveis e remuneradores, nada se pode esperar dos agricultores.

Quanto à melhoria de técnica dos produtores, a tarefa não é menos fácil para a Comissão. Trata-se de uma região de terras pouco férteis, já muito lavadas pela erosão e de topografia difícil para o trabalho mecânico. Para se obter uma exploração eficiente se faz necessário um conjunto de medidas. Não é apenas fornecendo máquinas ou adubo aos agricultores, que se resolve a questão. É necessária uma reforma geral de culturas e de métodos, que permita o aproveitamento integral dos recursos. Assim é que os muros, para serem cultivados, além de adubados com matéria orgânica e mineral, precisam ser devidamente defendidos contra a erosão, com curvas de níveis, canais escoadores e rotação de culturas. E antes disso, é necessário escolher devidamente os terrenos e reservar os menos indicados para a formação de bosques florestais e invernadas. A criação animal exige uma intensa renovação dos rebanhos, construção de estabulos e silos; e os pastos precisam ser renovados e melhor divididos, com cercas para melhor aproveitamento. Sem aplicar todas essas medidas, conjuntamente, e de maneira eficiente, como fazem os agricultores dos países mais adiantados da Europa, não se consegue uma diminuição sensível do custo de produção. E a aplicação disso tudo requer agricultores com capacidade de organização, conhecimento técnico e principalmente, muito capital, pois sem muito dinheiro não se pode hoje fazer uma agricultura racional.

A comissão poderá iniciar os trabalhos, constituindo suas equipes de estudo, ou encarregando disso as repartições especializadas da Secretaria da Agricultura. Mas somente dispendo de recursos para adiantar aos lavradores é que

ela poderá auxiliá-los efetivamente a planejar e a reorganizar suas propriedades. A facilidade de crédito agirá como estímulo a muitos agricultores. No caso de certas terras próximas aos centros urbanos e adequadas a exploração de verduras e legumes e que não estejam sendo exploradas, haverá necessidade de recursos especiais para que a Comissão as adquira e em seguida as subdivida entre pequenos agricultores que desejem explorá-las eficientemente.

Em resumo, a Comissão poderá incentivar os agricultores a reorganizar suas propriedades e a formar Cooperativas de venda dos produtos agrícolas, uma vez que disponha de um corpo de elementos técnicos e de recursos financeiros suficientes.

Dispondo, a Comissão, desses elementos, estará assegurada a recuperação do Vale do Paraíba e com ele, a melhoria do abastecimento de São Paulo e Rio.

Reforma Agrária: A julgar pela situação da agricultura de São Paulo, pode afirmar-se que as medidas de financiamento para aquisição de terra, colonização e regulamentação dos arrendamentos da terra, que faz referência o Senhor Ministro da Agricultura em recente entrevista à imprensa, serão altamente benéficas ao País.

Ainda que certos observadores se coloquem em campo contrário dizendo que não necessitamos da interferência do governo para resolver o magno problema rural que é da relação entre a terra e o homem que a cultiva, parece-nos fácil mostrar que com o incremento do ritmo de nossa inflação, essa questão coloca-se cada vez mais em situação que exige adoção de medidas governamentais energicas.

Inicialmente, devemos dizer que a situação da nossa agricultura é fundamentalmente diferente da do México, Japão e outros países que adotaram medidas drásticas nesse sentido. Não necessitamos de uma divisão violenta de propriedade, pois não há falta de terra e de trabalho para a nossa população rural e os proprietários de nossas terras ainda são, em geral, agricultores empresários que organizam e dirigem as explorações rurais. Ao contrário do que ocorre com os proprietários de terra naqueles países, onde a função única

é a de coletar os arrendamentos dos agricultores, aqui no Brasil o proprietário rural é em geral um fazendeiro, com funções bem importantes na organização da produção agrícola.

A adoção de medidas violentas que venham forçar a divisão da propriedade entre nós resultará, por conseguinte numa diminuição sensível de produção, pois, os trabalhadores rurais não estão em geral em condições de se transformarem imediatamente e com sucesso em um pequeno sitiante. Falta-lhes conhecimentos técnicos, capacidade de iniciativa e principalmente capital. Aliás, se o fornecimento de crédito a nossa agricultura já se mostra precário muito mais o seria se não contasse com a função dos fazendeiros dentro da nossa organização agrícola.

Mas nem por isso podemos dizer que a organização de nossa agricultura seja satisfatória e que nada se deve fazer para melhorar a relação entre a terra e o homem que a cultiva. As nossas explorações agrícolas são em geral ineficientes, o que se nota pelo pequeno uso de máquinas, adubos e pelo desgaste sistemático de nossas terras; o nível de vida e condições de trabalho de nosso homem rural são precaríssimos quando comparados com os agricultores dos demais países civilizados e ultimamente o próprio abastecimento dos nossos centros urbanos não se tem mostrado satisfatório, quanto à produção de legumes, verduras, leites, ovos, etc., pois, a nossa organização rural tem se mostrado excessivamente morosa nas modificações que o incremento da produção desses gêneros requer. E, em grande parte a causa de tal situação se encontra nos defeitos de organização de que vimos falando.

É verdade que há alguns anos atrás ainda não se sentia a necessidade de adotar as medidas ora propostas pelo Senhor Ministro da Agricultura. A julgar pela situação de São Paulo, que dispunha de terras abundantes e a preços baixos, era fácil ao trabalhador rural comprar uma pequena propriedade e instalar-se por conta própria, depois de algum tempo de trabalho em uma fazenda, conde a medida que adquiria prática e conhecimentos podia acumular os recursos necessários. Dêsse modo, ainda que morosamente, processava-se uma evolução permanente de nossa agricultura, pois os trabalha-

dores contando com seus próprios recursos e, portanto sem auxílio do governo, tinham oportunidade de se tornarem proprietários.

Desde que o país entrou num ritmo acelerado de inflação e que as terras de nosso sertão foram ocupadas, o problema transformou-se radicalmente porque o preço desta subiu enormemente, forçado, entre outros motivos, pela procura de capitalistas não-agricultores, os quais receiosos de uma maior desvalorização do dinheiro passaram a adquirir terras, ainda que a preços elevados e sem considerar a renda que sua exploração lhe poderá proporcionar.

Além disso, a corrida para o algodão e o desbravamento rápido do nosso Oeste, trouxeram, juntamente com maior possibilidade de emprego para o trabalhador rural, uma tremenda instabilidade de trabalho. O empregado rural não fica hoje mais do que um ou dois anos em cada propriedade e, com isso, além dos inconvenientes sociais e economicos dessa mudança, os quais se fazem sentir na falta de educação das crianças, de uma melhoria permanente das habitações, de práticas agrícolas que conservam o solo, etc., também diminui a possibilidade da melhoria de conhecimentos técnicos, pois nem os fazendeiros atualmente tem interesse em melhorar a capacidade de trabalho e o conhecimento de seus empregados pois sabem que no ano seguinte ele já estará trabalhando em outra propriedade.

O abastecimento dos centros urbanos, no que diz respeito à produção de verduras, legumes, aves, ovos, etc., mostra-se precário devido, em grande parte a essa situação. Os fazendeiros não dispõem de operários especializados que tais explorações exigem, e, de outro lado, os muitos trabalhadores rurais que poderiam se especializar nessas explorações, não podem adquirir terras localizadas próximas a esses grandes centros porque os preços das mesmas, devido a procura dos não-agricultores, foram elevados a níveis exagerados.

Vê-se assim que as medidas referentes à colonização, crédito ao pequeno lavrador e regulamentação dos arrendamentos da terra, propugnados pelo Ministro da Agricultura, mostram-se necessarias e imprescindíveis para uma melhoria do abastecimento dos centros urbanos, do padrão de vida das nossas populações rurais e da eficiência em geral das nossas explorações agrícolas.